

DESTAQUE

OMS pede medidas mais restritivas contra o tabaco

O cerco ao fumo ganha novo fôlego, já que novas e mais rígidas diretrizes foram aprovadas durante a sexta reunião da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, da Organização Mundial de Saúde (OMS), da qual o Brasil e outros 178 países são signatários.

As recomendações não têm peso de lei, mas servem de base para que as nações integrantes adotem medidas em suas esferas, o que tem funcionado como a principal ferramenta de redução do tabagismo nos últimos anos, sobretudo no Brasil. Desta vez, as decisões do encontro, realizado no fim de semana em Moscou, incluem, por exemplo, mais impostos sobre o cigarro e regulação de produtos como cigarros eletrônicos e narguilés.

Durante uma semana, representantes de nações, ONGs e OMS participaram de intensos debates para a conclusão do documento, que foi criado em 2003 e recebe adendos periodicamente à medida que as ações avançam. A indústria do tabaco não pode integrar a convenção, mas, segundo participantes, ela pressiona para que as recomendações sejam menos restritivas. No discurso de abertura, a diretora-geral da OMS, Margaret Chan, transpareceu que este embate não tem sido fácil nos últimos anos.

— A implementação da Convenção-Quadro atinge um novo patamar, a indústria do tabaco revida, com mais força e por todos os canais possíveis, não importando o quão desonesto esses canais e práticas sejam — comentou Margaret, ressaltando que, apesar dos esforços da indústria, “importantes decisões foram aprovadas”.

Em entrevista ao GLOBO, a chefe secretariada da convenção, a brasileira Vera Luiza da Costa e Silva, comentou sobre os que são considerados os principais avanços (e que ainda serão publicados na íntegra no site da OMS).

Segundo Vera, haverá uma posição mais firme na responsabilização da indústria, no caso de litígios, sobre malefícios e mortes causados pelo cigarro. E também sobre as pressões comerciais e lobbies dos fabricantes. Espera-se ainda um maior controle sobre a propaganda nos pontos de venda, seguindo o exemplo da Austrália, onde os maços são neutros, sem o rótulo de cada marca. Produtos sem combustão ou nicotina, cujos exemplos são o narguilé, o tabaco mascado ou aspirado, cachimbos d’água e cigarros eletrônicos, deverão ser regulamentados.

— Entendemos que eles são porta de entrada para o cigarro — explicou Vera. — No Brasil, a venda de cigarros eletrônicos está proibida, e isso é muito bom, pois no país a prevalência do consumo de tabaco já é baixa, o que não justificaria a entrada de novos produtos no mercado. No país, o tabagismo vem caindo progressivamente, por conta, inclusive, da adoção de recomendações da Convenção-Quadro.

[\(CONTINUA\)](#)

